

Roriz prevê criação de 100 mil empregos

Governador sanciona projetos de incentivos a micro e pequenas empresas, que inclui o rezoneamento das satélites

VÂNIA RODRIGUES

O governador Joaquim Roriz sancionou ontem quatro projetos de lei — incentivos fiscais, tratamento diferenciado a microempresas, fixação de alíquotas de ICMC e rezoneamento das cidades-satélites —, consideradas fundamentais ao desenvolvimento do Distrito Federal. "Estou convicto de que este ato de governo está salvando Brasília", afirmou Roriz. Ele disse que os novos incentivos vão permitir a geração de 100 mil empregos, ou até mais, durante o seu governo.

Para o governador, este ato é um dos mais importantes de seu governo. "Estou criando as condições para a cidade se consolidar. Depois, é só preservar", afirmou. O secretário de Fazenda, Everardo Maciel, destacou que o pacote de leis irá criar uma base econômica firme para o DF, sem prejuízos para a parte administrativa. "Todo o desenvolvimento econômico será implementado nas cidades-satélites, garantindo uma maior arrecadação para o DF e sem o comprometimento do Plano Piloto, sede administrativa do País", argumentou.

Sonho — Para o secretário do Desenvolvimento Econômico do DF e

do Entorno, Nuri Andraus, estas leis representam um sonho de 30 anos das empresas. "Estamos dando liberdade e corrigindo uma série de injustiças ocorridas contra a microempresa no DF", afirmou. Nuri estima que existem atualmente cerca de 15 mil pequenas empresas na área em que, a partir de agora, poderão se regularizar e começar a pagar impostos, ainda que com taxas reduzidas.

O primeiro passo para a regularização, segundo Nuri Andraus, é procurar a Administração Regional. São elas que vão explicar o processo e fornecer os alvarás de funcionamento para que as empresas sejam inscritas na Junta Comercial. Nuri disse que já na próxima semana haverá reuniões com os administradores regionais, Sebrae, Secretarias do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico para esclarecimentos das leis e para definições de critérios de trabalho.

Na cerimônia de assinatura das leis estiveram presentes o presidente do Banco de Brasília, Vasco Ervilha, parlamentares, secretários de governo, empresários e representantes de várias entidades ligadas ao comércio e à indústria.

INCENTIVOS DA LEI

- 1 — Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do DF, entre eles a isenção do IPTU, no período compreendido entre a data do início da implantação do projeto e os cinco anos posteriores.
- 2 — Trata do rezoneamento das cidades-satélites e Plano Piloto, permitindo a utilização de áreas exclusivamente residenciais também para atividades comerciais e prestação de serviços. Cabe à administração Regional expedir os alvarás de funcionamento das empresas de fundo de quintal.
- 3 — Fixa a alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação nas operações com café moído.
- 4 — Estabelece normas dando um tratamento simplificado e favorecido nos campos tributário e creditício das microempresas. A lei considera como microempresa a firma cuja receita bruta anual não ultrapasse a valor correspondente a 815 UPDF. Para estas, o imposto é de 1% sobre a arrecadação bruta.



O pacote de incentivos a micro e pequenas empresas, sancionado em solenidade no Buriti, salvará o DF, disse Roriz

Leis beneficiam 98% das empresas

As leis sancionadas ontem pelo governador Joaquim Roriz vão beneficiar 98% das empresas locais. A estimativa é do presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Antônio Fábio Ribeiro. Ele explicou que apenas 2% das empresas locais são consideradas de grande porte. "As demais serão beneficiadas pelos incentivos fiscais e pelas chances que o governo está oferecendo para que elas cresçam", afirmou. Antônio Fábio estima que, de imediato, efeito do pacote vai

gerar 10 mil empregos e, gradativamente, o número de novos empregos será suficiente para absorver grande parte dos desempregados do DF.

Antônio Fábio disse que das 30 mil empresas ativas do DF apenas 11 mil pagam tributos. "Não era sonegação de impostos o que acontecia. Os pequenos empresários não pagavam os tributos por falta de condições", justificou. Antônio Fábio acredita que até o final de 93

todas essas empresas estarão pagando regularmente os impostos. "A lei permite a regularização e o pagamento, dos impostos e a taxa passa a ser de 1% sobre a renda bruta". O presidente da Fibra acrescentou que isso é bom para a cidade e para os empresários.

O rezoneamento das satélites, permitindo o funcionamento de comércio em área residencial, segundo Antônio Fábio, garante o surgimento de novas empresas de peque-

no porte e, consequentemente, a geração de mais empregos. Ele explicou que fica mais fácil porque não é necessário adquirir um novo terreno e fazer investimento em estrutura física. "Dependendo do tipo de empresa ela pode funcionar na própria casa, o que permite uma melhor utilização dos recursos disponíveis", argumentou. O presidente da Fibra disse que agora as cidades-satélites vão crescer como toda cidade do País, tendo inclusive os seus bares de esquina.